

HY.863.0338.035/09

Salvador, 11 de dezembro de 2009.

À  
**CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS  
VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
Setor de Grandes Áreas Norte SGAN - Quadra 601 - Conjunto I  
70830-901 - Brasília - DF

**Att.: Dr. João Tomio Shimabukuro**  
M.D. Coordenador de Contrato

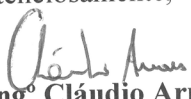
**Ass.:** Envio da Licença de Localização


**Ref.:** Contrato 0.06.09.0046/00 - Elaboração dos Estudos de Reconhecimento, Concepção e Viabilidade (com licenciamento prévio) e elaboração do Projeto Básico do Sistema Adutor na região de Guanambi.

Prezados Senhores,

Estamos encaminhando, em anexo, o original da Licença de Localização do Sistema Adutor da Região da Guanambi, concedida pelo IMA, através da Portaria nº 11.890, publicada no D.O.E. em 27/11/2009.

Atenciosamente,

  
**Engº Cláudio Arraes**  
Coordenador

*Recebido em 15/12/09*  


**HYDROS - Engenharia e Planejamento Ltda**

☒ Filial: Av Tancredo Neves, nº 274 - CEI - Bloco. A - s/ 520-524 Pituba - Salvador/ Ba CEP 41826-900  
CNPJ 13.937.479/0002-10 ☎ (71) 3272-8200 - Fax - (71) 3272-8232 e-mail hydros@hydrosistem.com.br

# Licenciamento Ambiental

## PORTARIA IMA

Portaria IMA nº  
11.890

Empresa / Nome  
CODEVASF - COMPANHIA DE DESENV. DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

Publicação no D.O.E.  
27/11/2009

Validade  
27/11/2011

Endereço

Municípios de Malhada, Palmas de Monte Alto, Guanambi, Candiba, Pindaí, Matina, Caetité.

CNPJ / CPF

00.399,857/0001-26

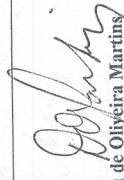
Município

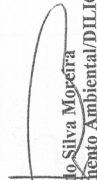
Vários

A Diretora Geral do INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA, no exercício da competência que lhe foi delegada pelas Leis Estaduais nºs 10.431/06 e 11.050/08, regulamentadas pelo Decreto Estadual nº 11.235/08 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 2009-027780/TEC/LI-0055, **RESOLVE: Art. 1º - Conceder LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO**, válida pelo prazo de 2 (dois) anos, à CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA, inscrita no CNPJ sob nº 00.399.857/0001-26, com sede na Quadra SGAN 601, Conjunto I - Asa Norte, Setor de Grandes Áreas Norte (oeste), no município de Brasília - DF, para Sistema Adutor da Região de Guanambi pelo Rio São Francisco, abrangendo captação de água e estação de tratamento de água no município de Malhada, estações de bombeamento e traçado indo desde Malhada, passando pelas cidades de Iuiú, Palmas de Monte Alto, Guanambi, Candiba, Pindaí, Matina, Caetité, com comprimento de aproximadamente 207 km, abastecendo os seguintes municípios e localidades: Malhada (Sede, Mocambo de Cima, Mocambo, Alto do Bonito, Lagoa do Arroz e Julião), Iuiú (Sede), Palmas de Monte Alto (Sede, Olaria, Pinga Fogo, Café Sem Troco, Paracatu, Altamira, Rancho das Mães e Cabeça de Boi), Guanambi (Sede, Lagoa da Torta, Bom Será, Queimadas, Mutans, Ceraíma, Morrinhos, Surrúá (Juá), Lagoa do Barro e Tanque de Caldeirão), Matina (sede), Candiba (Sede, Lagoa da Pedra, Pilões, Jurema e Lagoa do Morro), Pindaí (Sede, Guirapá, Tanque e Lagoa da Maria) e Caetité (Pajéu dos Ventos e Fazenda Nova), com uma vazão prevista de 353,09 L/s, mediante o cumprimento da legislação vigente e dos seguintes condicionantes: **I.** apresentar, quando do requerimento da Licença de Implantação (LI), os seguintes documentos: **I.1)** título de propriedade ou decreto de desapropriação das áreas onde serão implantados o sistema de tratamento de água, as estações elevatórias e o local da captação e cadastro dos mesmos; **I.2)** anuência do DERBA e/ou das prefeituras para utilização da faixa de servidão da BA-030 e vias municipais, e nos casos pertinentes, autorização de passagem em propriedade de terceiros; **I.3)** autorização para supressão de vegetação concedida pelo órgão ambiental competente para as áreas de intervenção do empreendimento; **I.4)** autorização pertinente do exército, se couber, para eventuais detonações relativas à implantação das diversas estruturas do empreendimento, principalmente o desmonte de rochas para implantação dos dutos; **I.5)** documento comprobatório do órgão competente aprovando o programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT e programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional - PMSO com aprovação da SESAT; **I.6)** outorga para travessia de recursos hídricos, concedido pelo Instituto de Gestão das Águas e Clima; **II.** realizar, em data a ser acordada com o IMA, Reunião Pública com todas comunidades beneficiadas com o empreendimento, desencadeando um processo de esclarecimento ao público sobre o cronograma das obras, da sua importância social e benefícios esperados com a implantação do SIAA, devendo apresentar ao IMA, quando do requerimento da licença de implantação, cópia da Ata de Reunião com a assinatura de todos os participantes; **III.** apresentar ao IMA, quando do requerimento da LI: **III.1)** sondagens ao longo do traçado para determinação de profundidade e qualidade do aquífero subterrâneo contemplando, no mínimo, os seguintes parâmetros: Carbono Orgânico Total (COT), Nitrato, Sólidos Totais, pH, DBO, coliformes termotolerantes. Na análise dos resultados, deverão ser levados em conta os padrões estabelecidos na Resolução CONAMA nº 396/08; **III.2)** Estudo Complementar relativo ao efetivo impacto da adução de larvas pelo sistema de bombeamento da adutora, contemplando, dentre outros: a) definição de uma metodologia padrão; b) mínimo de duas campanhas amostrais no ponto previsto para captação, abrangendo um ciclo sazonal completo c) o inventário das espécies deverá ser representativo da diversidade dos organismos aquáticos locais; d) a projeção do impacto da adução de larvas deverá levar em conta a especificidade de cada espécie, considerando aspectos populacionais (a exemplo das variações sazonais de abundância) e reprodutivos, e o efetivo impacto da adução de larvas nos referidos aspectos, com ênfase para a possível afetação da produtividade pesqueira e) as projeções deverão ser feitas dentro de um ciclo sazonal completo; f) condições operacionais do sistema de bombeamento, a exemplo dos períodos de funcionamento das bombas, confrontados com as respectivas densidades de larvas, profundidade da tomada de água, confrontada com a densidade de larvas ao longo coluna d'água, dentre outros; g) medidas mitigadoras, de manejo dos organismos locais e de procedimentos operacionais no sistema de bombeamento. A referida avaliação de impacto deverá considerar o efeito cumulativo com o projeto da adutora da Bamin;

1/2

**ima**  
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE

  
Dirceu de Oliveira Martins  
Coordenador de Licenciamento Ambiental/COIMP  
Matrícula 45.365.905-6

  
Pedro Ricardo Silva Moreira  
Diretor de Licenciamento Ambiental/DILIC  
Matrícula 45.458.0003-0



# Licenciamento Ambiental

## PORTARIA IMA

Portaria IMA nº  
11.890

Empresa / Nome  
CODEVASF - COMPANHIA DE DESENV. DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

Publicação no D.O.E.  
27/11/2009

Validade  
27/11/2011

Endereço

Municípios de Malhada, Palmas de Monte Alto, Guanambi, Candiba, Pindai, Matina, Caetité.

CNPJ / CPF

00.399.857/0001-26

Município

Vários

IV. apresentar ao IMA, quando da solicitação da Licença Implantação, os seguintes projetos e programas ambientais: IV.1) Projeto executivo da ETA, com memorial descritivo e de cálculos, informando sobre o destino final do lodo oriundo do tratamento; IV.2) projeto para as instalações das Unidades de Apoio, com infra-estrutura provisória adequada, destacando as medidas preventivas e corretivas dos impactos ambientais inerentes às atividades; IV.3) planta lay-out, em escala compatível, contendo o traçado do Sistema de Suprimento de Água Industrial - SSAL, a localização e disposição dos equipamentos de apoio necessários a operação do empreendimento, tais como Unidades de apoio e outros que serão utilizados durante a implantação; IV.4) Plano de recuperação de áreas degradadas (PRAD) a serem alteradas pela implantação do empreendimento, utilizando espécies nativas; IV.5) projeto com acompanhamento técnico da obra - ATO, visando garantir o atendimento das normas técnicas pertinentes e em particular as NBR 9646/96 e 7362/01; IV.6) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, com respectiva ART do responsável pela sua elaboração; IV.7) Plano de resgate e monitoramento da fauna, contemplando: a) metodologias para cada táxon; b) grade de amostra; c) Cronograma; IV.8) Plano de Dêsmate; IV.9) Plano de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento; IV.10) Plano de Sinalização e controle de Tráfego; IV.11) Plano de controle de emissão de ruído e particulados; IV.12) programas e planos, com cronograma de execução, indicadores de resultado e parceiros envolvidos, a serem desenvolvidos de forma contínua, em todas as fases do empreendimento, atendendo: a) comunidades; b) funcionários; c) empresas terceirizadas, nos seguintes Programas: 1) Programa de Educação Ambiental; 2) Comunicação Social; 3) Programa de Educação Sanitária e Ambiental; 4) Programas de salvamento do patrimônio arqueológico e de Educação Patrimonial que envolva resgate e guarda do material arqueológico nas áreas de influência do projeto 5) Programa ao combate de serviços marginais de prevenção contra disseminação de drogas, prostituição, violência, criminalidade e o trabalho infantil com ações de Educação Sexual e prevenção de DSTs. 6) Programa de combate às doenças de veiculação hídrica na AID.; IV.13) projeto paisagístico da área das elevatórias e ETA; IV.14) Programa de monitoramento dos recursos hídricos superficiais na área de influência direta do empreendimento, contemplando: a) metodologia; b) grade de amostra; c) parâmetros físico-químicos e bacteriológicos estabelecidos para águas de classe 2, conforme Resolução CONAMA nº 357/05: turbidez, pH, temperatura, salinidade, oxigênio dissolvido, transparência, condutividade, nitrogênio amoniacal, nitrato, cloreto total, sulfato, nítrito, sulfeto, sólidos dissolvidos totais, fósforo total, DBO5, DQO, carbono orgânico total, arsênio, bário, cromo VI, manganês, ferro, cádmio, chumbo, zinco, cobre, titânio, alumínio, vanádio, hidrocarbonetos totais e coliformes termotolerantes; IV.15) projeto executivo do canteiro de obras, com devido detalhamento, conforme indica a legislação para a fase de implantação; IV.16) Plano de Acompanhamento pertinente à possível ocorrência de material arqueológico nas áreas de intervenção do empreendimento, assinado por profissional competente; IV.17) Plano de Recuperação da Mata Ciliar na área de influência da captação da adutora ou apoiar ações de revitalização no trecho da Bacia Hidrográfica do São Francisco sob influência do empreendimento; V. atender ao disposto no Ofício ANA 1.5144/2009/SOF/GEOUT-ANA, vinculado ao processo 00000.026649/2009, apresentando ao IMA a Outorga Preventiva de Captação de Água; VI. formar a Comissão de Acompanhamento do Empreendimento, bem como Atas das reuniões realizadas. Art. 2º - Esta Licença refere-se a análise de viabilidade ambiental de competência do Instituto do Meio Ambiente - IMA, cabendo ao interessado obter a Anuência e/ou Autorização das outras instâncias no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, quando couber, para que a mesma alcance seus efeitos legais. Art. 3º - Estabelecer que esta Licença, bem como cópias dos documentos relativos ao cumprimento dos condicionantes, sejam mantidos disponíveis à fiscalização do IMA e aos demais órgãos do Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEMA. Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

2/2

**ima**  
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE

*Dirceu de Oliveira Martins*  
Dirceu de Oliveira Martins  
Coordenador de Licenciamento Ambiental/COIMP  
Matrícula 45.365.905-6

*Pedro Ricardo Silva Moreira*  
Pedro Ricardo Silva Moreira  
Diretor de Licenciamento Ambiental/DILIC  
Matrícula 45.458.0003-0

GOVERNO DA  
**Bahia**  
TERRA DE TODOS NÓS  
Secretaria do Meio Ambiente